REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 003/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 17 de março de 2025.

No dia 17 de fevereiro de 2025, às 14h:15min, na sede da Paranaguá Previdência, localizada na Av. Gabriel de Lara, nº 1307, na cidade de Paranaguá, estiveram reunidos os membros do comitê de investimentos da Paranaguá Previdência, os Srs. Maurício Coutinho, Zenilda Costa, Luciana Camargo Franco, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Adriana Mendes Rodrigues, Sidnei França dos Santos e também com a presença do presidente da autarquia, Sr. Ali El Kadri.
PAUTAS:
- Leitura da ata do mês anterior;
- Apresentação do resultado do mês anterior;
- Realocações dos investimentos;
- Assuntos gerais: I.) Fundo Osasco Properties FII; II.) Visitas Técnicas.

O diretor financeiro, Sr. Sidnei efetuou a leitura da ata da reunião do mês anterior, a qual foi aprovada pelos presentes, sem ressalvas. Em seguida apresenta a planilha de investimentos da autarquia, com o resultado final de fevereiro de 2025, na qual exibe uma rentabilidade positiva na carteira de aproximadamente R$ 435.473,94 (Quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e setenta e três reais e noventa e quatro centavos). Diz que o resultado ainda poderia sofrer uma pequena variação pois faltavam os extratos bancários de 02 fundos, mas que não impactariam significativamente por serem fundos do segmento de renda fixa. Divulga também o valor acumulado do ano de 2025, para os meses de janeiro e fevereiro, que apresentou uma rentabilidade em torno de R$ 10.752.439,70 (Dez milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e trinta e nove reais e setenta centavos), bem como o P.L. total acumulado da autarquia, em torno de R$ 867.319.451,79 (Oitocentos e sessenta e sete milhões, trezentos e dezenove mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos. O diretor detalha os indicadores de investimentos do mês de fevereiro destacando o desempenho negativo do índice IBOVESPA, que apresentou um resultado de -2,64% (dois virgula sessenta e quatro por cento negativo), o que refletiu nos fundos de renda variável que a Pguá Prev possui, embora o resultado acumulado do Ibovespa ainda estivesse positivo, em torno de 2% (dois por cento) no ano. Enfatiza ainda que os ganhos da carteira de investimentos da autarquia no mês de fevereiro ficaram por conta dos títulos públicos federais e dos fundos de crédito privado que apresentaram resultados superiores a 1% (um por cento) no mês. Após relatar as ocorrências no mercado financeiro e seus impactos nos investimentos o diretor afirma que 50 (cinquenta) fundos da carteira da autarquia entregaram rentabilidades positivas, contra 23 que rentabilizaram negativamente no mês de fevereiro, sendo a maioria de fundos de renda variável. Os membros do comitê pedem uma análise a fim de identificar o valor dos investimentos da carteira que estão cumprindo a meta atuarial e é demonstrado pela diretoria que cerca de 60% dos investimentos da Pguá Prev estão entregando resultados acima da meta atuarial. Também é identificado que cerca de 13% dos recursos investidos está alocada em fundos de ações, que é o segmento que mais apresenta volatilidade e que já vinha sofrendo a mais de 02 anos com resultados negativos acumulados. O diretor comenta sobre a apresentação da instituição Privatiza Investimentos que foi realizada no dia 13 de fevereiro aos membros do comitê e exibe o estudo que eles desenvolveram sobre a carteira de investimentos da Pguá Prev onde demonstra a concentração dos investimentos e as realocações sugeridas por segmentos mais indicados no atual momento da economia. Os conselheiros sugerem que os recursos novos que entram mensalmente sejam concentrados nos fundos que estão com resultados acima da meta atuarial e que as realocações também sejam concentradas nesses segmentos. O diretor financeiro relembra que apesar dos

fundos de ações estarem acumulados negativamente, mesmo assim é o único segmento que tem a capacidade de se recuperar e entregar resultados muito superiores a meta atuarial e que se tratam de produtos de investimentos de longo prazo. Reafirma que o desinvestimento da autarquia neste segmento pode acarretar em perdas dos valores principais alocados, por isso a importância de aguardarmos que o segmento mostre recuperação, uma vez que a Paranaguá Previdência não necessita desses recursos no curto e médio prazo, e que devemos acompanhar e diligenciar os gestores e administradores dos fundos, para se identificar qualquer ação contraria nas gestões, que não sejam apenas as consequências do mercado financeiro. Sobre as realocações de investimentos o diretor apresenta o fundo AZ Quest Bayes Sistemático Ações FIA, que foi exposto pela empresa Privatiza Investimentos. Também relata as oportunidades de alocações em ETF's que foi divulgada pela Premier Investimentos, representante do Banco Banrisul. Outro produto mencionado foi a opção de fundos denominados 'vértices' que investem 100% em títulos públicos, da Caixa Econômica Federal. Após breves análises e debates alguns membros do comitê ainda demonstram insegurança em relação a renda variável. O presidente do comitê, Sr. Mauricio Coutinho, sugere que o tema da renda variável seja retomado em novas reuniões, a fim de se planejar o melhor momento para novas alocações nos fundos de ações. Sobre os ETF's o conselheiro Alessandro faz uma breve explanação sobre a operacionalização deste segmento de investimentos e sugere que a Paranaguá Previdência comece a operar com um pequeno valor inicialmente. Os membros do comitê decidem favoravelmente pelos investimentos em ETF's junto ao banco Banrisul. O diretor afirma que tão logo consiga concluir as fases de credenciamento das instituições irá marcar uma última reunião com os representantes a fim de sanar as dúvidas finais e iniciar a operacionalização no segmento de ETF's. Sobre os fundos vértices da Caixa os membros do comitê demonstram interesse no "Vértice 2026 Especial" que apresenta uma taxa indicativa de 8,37% mais a variação do IPCA. O diretor ressalta que por ser um fundo com vencimento curto, 2026, a rentabilidade que será entregue será proporcional a data de entrada. O conselheiro Alessandro questiona sobre as taxas existentes nesse fundo e o diretor afirma que irá levantar as informações completas sobre os custos envolvidos e sobre a data efetiva de vencimento do fundo, para compartilhar com os membros do comitê por reunião virtual, para decidirem sobre o investimento. Os membros do comitê também solicitam que sejam feitos novos estudos para compras de títulos públicos federais. Em assuntos gerais o diretor comenta sobre as visitas técnicas dos banco e instituições financeiras, afirma existir diversos pedidos de apresentações ao comitê de investimentos da autarquia e pede para que sejam sugeridas as datas para que todos os membros possam participar. Ficou definido que a partir do mês de abril sejam agendadas as reuniões com as instituições financeiras da seguinte forma: 01 (uma) apresentação ao final de cada reunião do comitê e 02 (duas) apresentações em uma reunião extraordinária mensal, sempre na primeira semana de cada mês. Para o mês de abril o diretor iria agendar com as instituições: Banco Itaú S/A; Grid Investimentos e MAG Investimentos. Outro tema tratado foi sobre o fundo OSASCO PROPERTIES FII, que foi um dos ativos objeto de auditoria pelo Tribunal de Contas do Paraná, através do sistema Integra do TCE, sob Demanda: 0430 – Ação de Fiscalização 1252. O diretor informa que o Tribunal questionou quais medidas serão tomadas pela Paranaguá Previdência em relação ao fundo, uma vez que o mesmo se encontra desenquadrado pela Resolução CMN 4963/2021, e levando-se em consideração que este produto permite a negociação nos mesmos moldes das ações na B3, ou seja, podem ser ofertados no mercado secundário conforme a oferta e demanda dos ativos. O presidente do comitê Sr. Maurício Coutinho ressalta que esse fundo passou a ser vedado em virtude das alterações na legislação que trata dos investimentos dos RPPS, e que a Pguá Prev já havia aportado no fundo antes das mudanças na legislação. Afirma que é importante destacar essa sua explanação para que todos possam compreender que a autarquia não adquiriu um fundo desenquadrado. A contadora da autarquia Sra. Luciana apresenta um levantamento sobre a aquisição desse investimento informando que foram aportados inicialmente o valor de 5 (cinco) milhões de reais, em maio de 2016, e não houveram novos aportes ou resgates por parte da Pguá Prev, e que a posição atual da autarquia no fundo, com base em fevereiro de 2025, é em torno de R$ 1.074.000,00 (Um milhão e setenta e quatro mil reais). O diretor financeiro apresenta alguns questionamentos que fez para a administradora do fundo, a Planner Corretora De Valores S.A., através de e-mail. Cita que, conforme esclarecido pela administradora: o fundo está em

processo de liquidação, mas não há data prevista para encerramento; os cotistas podem negociar suas cotas no mercado secundário; o Patrimônio atual é de R$ 92.955.808,02 (noventa e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e oito reais e dois centavos); atualmente existem 25 (vinte e cinco) cotistas no fundo; o investimento da Paranaguá Previdência representa 1,155% do PL total do fundo, que é composto por um único ativo, a Estação Osasco Desenvolvimento Imobiliário, CNPJ 14.184.423/0001-13; os administradores e gestores do fundo não vêm sendo remunerados por falta de liquidez, contudo, em assembleia de cotista realizada no dia 19 de fevereiro de 2025 a maioria dos cotistas aprovaram a deliberação e a ratificação sobre o pagamento com ações detidas pelo Fundo na Companhia Investida à Administradora e à Gestora, permitindo que ambas conduzam o processo de transferência das referidas ações como forma de quitação pelos encargos pendentes. Após outras análises e debates a maioria dos membros do comitê decidem pela saída/desinvestimentos do Osasco Properties Fundo Imobiliário, mesmo que essas decisões possam incorrer em perdas do valor investido. Os membros do comitê registram que sempre houve acompanhamento da evolução do Fundo, e, dada as suas características e comportamento de fluxo financeiro ao longo dos anos, esperava-se que o fenômeno da "curva J" se realizasse ao longo do tempo de vida do Fundo. No entanto, as mudanças na legislação dos investimentos dos RPPS, ocorrida entre 2017 e 2018, que impediu novas captações, bem como o evento da pandemia global que assolou o mundo entre 2020 e 2022, foram cruciais para que o retorno esperado sobre o fundo não acontecesse. Desta forma, a maioria dos membros do Comitê de Investimentos, entenderam que já foi dado tempo suficiente para a retomada, e depois de apreciarem novamente a situação do Fundo e tomar conhecimento das informações apresentadas pelo Diretor Financeiro, colhidas junto a gestora Planner Corretora de Valores S.A., quanto a falta de liquidez e inclusive o vislumbre de passivos futuros por parte do fundo, conforme e-mail anexo, os membros entenderam como plausível a tentativa da venda no mercado secundário a fim de estagnar as perdas já constatadas e a tentativa de preservar o capital ainda existente, reaplicando em outra categorias no mercado. Quanto as futuras ou pretensas aplicações dos recursos que vierem a ser recuperados com a tentativa de venda no mercado secundário, o comitê sugere a aplicação em títulos públicos federais, que atualmente estão pagando taxas bem altas e ainda com a variação do IPCA, como exemplo um TPF NTN-B com vencimento em 2035 que apresenta taxas entre 7,46% e 7,98%, mais a variação do IPCA, conforme foi verificado no site da ANBIMA, em: https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm.

A Paranaguá Previdência estará atuando dentro dos próximos 90 dias, na tentativa de venda do ativo, pois deverão ser avaliadas ainda questões como o preço da venda, a forma de execução da venda (se integral ou particionada), as possíveis questões de deságios que possam ocorrer. Todas as informações que forem coletadas por parte da autarquia, a respeito da operacionalização de venda, serão compartilhadas como todos os membros do comitê, através de aplicativos de mensagens e em reuniões ordinárias ou extraordinárias.

Nada mais havendo a tratar, às 16:24h deu-se por encerrada a reunião sendo lavrado a presente ata.

Presidente:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Maurício dos P. Coutinho CPF: 885.818.709-10 Certificação CPA-10 ANBIMA Validade: 22/11/2024	**Luciana Camargo Franco** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Adriana Mendes Rodrigues** CPF: 026.599.499-30 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Zenilda Souza Costa Cruz CPF: 738.515.669-04 Certificação CP RPPS CGINV II Validade: 08/10/2027	**Alessandro Lenzi da Rocha** CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Tânia Regina da Silva** CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027

Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência